

Sustentabilidade e Responsabilidade

Socioambiental:

a formação em administração
orientada pelas crenças

**Sustentabilidade e
Responsabilidade
Socioambiental:**
a formação em administração
orientada pelas crenças

Marcelo Pereira Marujo



Rio de Janeiro
2011



O AUTOR responsabiliza-se inteiramente pela originalidade e integridade do conteúdo da sua OBRA, bem como isenta a EDITORA de qualquer obrigação judicial decorrente da violação de direitos autorais ou direitos de imagem contidos na OBRA, que declara, sob as penas da Lei, ser de sua única e exclusiva autoria.

Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental:

a formação em administração orientada pelas crenças

Copyright © 2011 Marcelo Pereira Marujo

Todos os direitos são reservados, no Brasil por:

PoD Editora

Rua do Catete, 90 / 202 • Catete – Rio de Janeiro

Tel. 21 2236-0844 • www.podeditora.com.br

atendimento@podeditora.com.br

Capa & Diagramação:

Control C – Impressos sob Demanda

Impressão e Acabamento:

Control C – Impressos sob Demanda

Nenhuma parte desta publicação pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico, fotocópia, gravação, nem apropriada ou estocada em banco de dados sem a expressa autorização do autor.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

Marujo, Marcelo Pereira

Sustentabilidade e responsabilidade socioambiental : a formação em administração orientada pelas crenças / Marcelo Pereira Marujo. – Rio de Janeiro : PoD Editora, 2011.

230 p. : il. ; 24 cm –

Inclui bibliografia, anexo e apêndice

ISBN: 978-85-62331-80-0

1. Administração ambiental. 2. Educação ambiental. 3. Desenvolvimento sustentável. 4. Economia ambiental. I. Título.

CDD: 363.7

M389

Agradecimentos

A construção deste livro é um produto de muita determinação, esforço e reflexão coletiva, não obstante demande, responsabilidade, comprometimento, dedicação e superação. Muitas pessoas contribuíram para que esta obra chegasse a bom termo. A todas elas registro minha imensa gratidão.

Aos meus pais (Reynaldo e Dilma) e a minha irmã (Simone) e, sobretudo, para a minha querida família - Lidiane (esposa), Marcel e Lídia (filhos) - por saberem conviver, durante esse longo período, com minhas inquietações e ausências, apesar de estar, em vários momentos, partilhando o mesmo ambiente familiar. Pois, muitas vezes foram intimados para discutir e ouvir minhas reflexões e se posicionarem sobre o entendimento de questões socioambientais.

Ao estimadíssimo Prof. Dr. Isauro Beltrán Núñez, irmão e eterno amigo, muito mais que meu orientador acadêmico, um norteador profissional, em exemplo de comprometimento com a pesquisa. O Professor que publicamente reconheço sua imensa competência, muito criativo e ousado, crítico e reflexivo, o professor que demanda inquietações a todo momento em suas orientações. Portanto, a Isauro os meus sinceros agradecimentos e votos de progressivo sucesso. Ratifico que foi o grande mentor desta obra.

Minha gratidão aos amigos do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA-RJ) e das Instituições de Ensino Superior - Escola Naval (EN) - Faculdade Cenecista e Itaboraí (FACNEC) - Faculdade Tecnológica do Senac Rio (Fatec SENAC Rio) - pela generosidade de suas intensas propostas às reflexões.

Finalmente, meus agradecimentos a Deus, todo poderoso e onipresente, por ter me proporcionado saúde e sabedoria suficiente para empreender essa árdua jornada, e à sociedade que acredita no impossível e que não desiste nunca.

Apresentação

Este livro surge da inquietação em poder sensibilizar futuros profissionais da educação e da administração sobre a emergente temática: sustentabilidade; assim, como promover um maior entendimento sobre a importância da conscientização e do dimensionamento sobre esta temática contemporânea.

Entende-se que a formação é o caminho ideal para se trabalhar esta temática. O processo formativo deve ser orientado por esta perspectiva que é capaz de promover a responsabilidade socioambiental a fim de favorecer a qualidade de vida às gerações presente e futura.

Esta obra é fruto de uma tese doutoral sobre o binômio: educação e sustentabilidade. Ainda, buscou-se por intermédio das crenças conhecer o pensamento de futuros administradores sobre a sustentabilidade.

Numa sociedade cada vez mais orientada pelo mercado já observa que a sustentabilidade se converte em condição que vem demandando o desenvolvimento sustentável da sociedade global/local.

A necessidade da criação de um instrumento capaz de apreender as crenças de graduandos sobre a sustentabilidade converte-se no problema objeto de análise. Por conseguinte, a pesquisa tem o objetivo de elaborar um questionário normativo para estudar as crenças sobre a sustentabilidade de graduandos em administração.

A complexidade e suscetibilidade da pesquisa demandaram a integração de variados procedimentos metodológicos. Tais proposições seguiram a trajetória: análise e seleção da literatura especializada, procedimentos de validação por especialistas e por métodos psicométricos e estatísticos.

Nas variadas literaturas foram identificadas e categorizadas tipologias da sustentabilidade, como: política, social, econômica e ambiental. Não obstante, entende-se que a tipologia educacional, embora já pertencente aos conteúdos de todas as obras estudadas, necessitou ser convertida numa outra tipologia e se aliar à temática para consolidar sua ascensão e o desenvolvimento da sustentabilidade.

Defende-se que a educação é a melhor forma para se conscientizar sobre a sustentabilidade. Dessa forma, necessitou-se da categorização das tipologias a qual foi definida através de critérios, como: contextos, objetivos, metas, vias e hipóteses.

O questionário normativo foi o instrumento norteador para se investigar as representações dos graduandos em administração, no concernente

ao nível de conhecimentos estabelecidos e normatizados pelo contexto socioeducacional, em especial por se converter numa condição básica para se proceder a investigação sobre as crenças.

O estudo confirmou que as tipologias da sustentabilidade – política, social, econômica, ambiental e educacional - por terem como fontes literaturas institucionalizadas, em nível internacional e nacional, são representativas nas identificações dos futuros administradores.

Portanto, acredita-se que as tipologias da sustentabilidade categorizadas para prover caracterização da sustentabilidade compreendem uma estruturação de conhecimentos dos graduandos; todavia, as tipologias econômica e política não tenham sido tão representativas no que concerne aos seus índices de tipicidade e polaridade, quanto as tipologias educacional, ambiental e social. As crenças dos graduandos mostram o quanto compartilham ideias sobre todas as tipologias, no entanto apresentam mais identificação com a educacional e ambiental.

Por fim, espera-se que o instrumento seja objeto de aplicação em contextos semelhantes para que se possa averiguar se tais enunciados fazem parte da estrutura de conhecimento de futuros administradores de outras instituições. Logo, espera-se com esta estratégia poder fortalecer a validação do questionário normativo. Ainda, que a tríade – educação, sustentabilidade e responsabilidade socioambiental - possa ser uma proposição estratégica sustentável norteadora às administrações públicas e privadas em prol da sociedade contemporânea.

Sumário

Agradecimentos	5
Apresentação	7
Introdução	11
1 Sustentabilidade: Categoria Chave na Sociedade do Século XXI	21
1.1 Percurso da Sustentabilidade	24
1.2 Sustentabilidade: Reflexões Teóricas	31
1.3 Sustentabilidade e Pós-Modernidade	35
1.3.1 Conscientização – Transparência – Valores - Ética	37
1.3.2 Governança Global e Local	38
1.3.3 Administração Verde e Economia Verde	39
1.3.4 Estratégia e Sustentabilidade	41
1.4 Referências	43
2 Administração: a Formação e a Atividade Profissional do Administrador e a Questão da Sustentabilidade	49
2.1 A Evolução das Ciências Administrativas	63
2.2 A Formação do Administrador	65
2.3 As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação em Administração e a Sustentabilidade	70
2.4 Referências	75
3 Crenças	77
3.1 O Que São Crenças	78
3.2 Como se Formam as Crenças	82
3.3 As Crenças e a Formação do Futuro Administrador	86
3.4 Diferenças Entre Atitude e Crenças	89
3.5 Estudos Que Apresentam Vários Aspectos das Crenças	90
3.6 Tipologias das Crenças	91
3.7 Diferenciando o Conhecimento das Crenças	94
3.8 Crenças: Foco no Administrador	96
3.9 Crenças: foco na Formação do Administrador	96
3.10 Referências	97
4 Metodologia	101
4.1 Determinação das Literaturas da Sustentabilidade	102

4.2	Leituras, Análises das Literaturas para Determinação das Tipologias e sua Caracterização.....	103
4.3	Elaboração do Questionário Normativo	103
4.4	Análises e Validações do Questionário.....	105
4.5	Aplicação do Questionário Normativo e Determinação das Crenças.....	105
4.6	Organização dos Dados	106
4.7	Tratamento dos Dados do Pré-Teste: Validação Estatística do Questionário Normativo – Pré-Teste.....	107
4.8	Tratamento e Estratégia de Análise dos Dados do Questionário	109
4.9	Tratamento para as Respostas às Questões Semiestruturadas do Questionário.....	112
4.10	Referências	112
5	Resultados da Pesquisa	115
5.1	Contexto da Pesquisa	115
5.1.1	Participantes da Pesquisa.....	115
5.2	Determinação das Literaturas Sobre a Sustentabilidade	118
5.2.1	Tipologias da Sustentabilidade e Seus Conteúdos	121
5.3	Determinação das Tipologias e Critérios para a Caracterização	142
5.3.1	Caracterização das Tipologias da Sustentabilidade.....	145
5.4	A Construção dos Enunciados e do Questionário Normativo	165
5.5	Análise e Validação do Questionário	170
5.6	Resultados do Pré-Teste.....	170
5.7	Os Enunciados e as Tipologias Típicas	172
5.8	Análises das Polaridades dos Enunciados e das Tipologias	179
5.9	As Características de uma Empresa Sustentável: Crenças e Significados.	181
5.10	O Perfil das Crenças Sobre a Sustentabilidade	184
5.11	Referências	185
5.12	Considerações Finais	187
5.13	Referências	193
6	ANEXO - A.....	195
7	ANEXO - B.....	203
8	ANEXO - C.....	209
9	ANEXO – D.....	215
10	APÊNDICE – A.....	223

Introdução

A presente tese compreende a expressiva temática socioambiental - sustentabilidade - como proposição contemporânea que se integra, estrategicamente, com o objetivo de empreender políticas socioambientais possíveis de prever e, conseqüentemente, prover o desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade. Tal dimensionamento está norteado na proposição de que “satisfazer as necessidades e as aspirações humanas é o principal objetivo do desenvolvimento” (NOSSO FUTURO COMUM, 1991, p. 46).

Em consonância com o Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e, em especial, com a Linha de Pesquisa Formação e Profissionalização Docente, assume-se que esta investigação está norteada pelos princípios da sustentabilidade, os quais visam a promover, de forma mais equilibrada, o desenvolvimento de uma formação sustentável que favoreça a sociedade.

Nesta pesquisa, assume-se ontológica e epistemologicamente que a sustentabilidade é um conceito socioambiental em permanente construção. Sendo assim, o processo de composição conceitual sobre o tema deve ser desenvolvido de maneira que as variáveis políticas, sociais e econômicas se redimensionem sempre a partir de muita reflexão, a fim de promover um entendimento integral do ambiente global.

Busca-se - com a composição do questionário normativo - proporcionar ao curso de graduação em administração da UFRN conhecer as crenças de graduandos em administração a respeito da sustentabilidade. E assim contribuir para uma formação capaz de atender às novidades provenientes da globalização numa dimensão sustentável.

A sustentabilidade ainda está muito relacionada ao desenvolvimento enquanto crescimento econômico; todavia, o crescimento atualmente deve ser entendido em sua totalidade: social, econômico e ambiental. Assim, espera-se que encontrem novas estratégias para um desenvolvimento realmente sustentável.

Numa outra ótica, entender-se-ão as crenças como componentes da psicologia social, a qual fundamenta a investigação de forma comprometida filosófica, social e politicamente com uma visão de sociedade que se baseia na sustentabilidade (RAMÍREZ; BLANCO, 2009).

A investigação sobre as crenças que orientarão esta tese está alicerçada nas especificidades desta categoria - primitivas com e sem consenso, de autoridade, derivadas e inconsequentes - sempre com o intuito de envolver a sustentabilidade (ROKEACH, 1968).

O entendimento sobre políticas sustentáveis será norteado pela contemplação de um desenvolvimento, necessariamente, fundamentado na maior simultaneidade possível das integrações das variáveis sustentáveis: sociais, econômicas e ambientais.

O ser humano é o único ser vivente que se pergunta sobre o sentido de sua vida. Educar para sentir e ter sentido, para cuidar e cuidar-se, para viver com sentido em cada instante da nossa vida. Somos humanos porque sentimos e não apenas porque pensamos. Somos parte de um todo em construção. (GADOTTI, 2007, p. 37)

Nessa ótica, a prospecção deste estudo ratifica a administração como área de conhecimento que necessita de instrumentos para se conhecer mais sobre a sustentabilidade. Entender a sustentabilidade como estratégia transdisciplinar converte-se numa condição em que a formação empreende políticas que redimensionem o desenvolvimento do ensino da administração.

A projeção do empreendedorismo socioambiental na sociedade atual, tanto em nível global quanto local, não é apenas uma questão de redimensionar a conscientização da população; mas, sobretudo, uma premente necessidade e, mais: um imperativo à sobrevivência e à convivência mais digna para as gerações atuais e futuras.

Sabe-se que as situações problematizadoras de ordem político-socioambiental, em toda a sua amplitude, geram um crescimento desordenado de algumas variáveis em detrimento de outras, como a histórica prevalência do crescimento econômico em desacordo com as demais variantes necessárias ao progresso sustentável, como: política, social e ambiental. Logo, a pobreza passa a ser o maior problema ambiental do planeta; assim, busca-se entender mais as empresas de forma que os administradores possam contribuir, com sua atividade profissional, para amenizar tal condição.

Numa outra dimensão, ações capazes de inter-relacionar categorias como crenças e sustentabilidade convertem-se em questões investigativas propensas a obter resultados possíveis de promoverem alternativas diferenciadas, as quais agregarão mais valores à formação do graduando em administração numa concepção mais criativa, crítica e reflexiva.

As crenças orientadoras desta investigação são provenientes da psicologia social, a que considera-se uma disciplina independente aquela que tem como objetivo os aspectos socioambientais do comportamento humano, a chamada “interação humana” (ROKEACH, 1981).

Sua origem situa-se na filosofia social da Antiguidade, dividida entre orientações psicologistas, segundo as quais instituições sociais são a expressão das características e das exigências psíquicas individuais e orientações sociologistas, segundo as quais o comportamento individual é determinado pelas condições sociais (TASSARA, 2006).

No concernente ao estudo das crenças, mesmo sabendo do quanto são complexas, assume-se que esta categoria tem potencialidade para proporcionar uma formação mais consonante com as demandas formativas modernas, assim conhecê-las faz-se necessário para favorecer o seu processo de reconstrução.

Esta investigação, por intermédio da apreensão das crenças, pretende mostrar o quanto esta categoria proporciona conhecer o pensamento de graduandos em administração, mesmo que tal processo se constitua pré e pós-admissão dos alunos no curso, apreendendo-se o pensamento dos sujeitos da pesquisa sobre as opiniões a respeito da sustentabilidade.

Para atender a pressupostos pertinentes a sustentabilidade apresenta-se a trajetória adotada para a seleção das abordagens teóricas como forma de conhecer a sua literatura clássica (institucionalizada globalmente) - *Our Common Future* (WCED, 1987) - e a partir dessa referência conhecer também o que se tem produzido sobre esta temática, especialmente, em outros documentos internacionais (DNUEDS, 2005; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006; UNESCO, 2003; WCED, 1987), documentos nacionais (BRASIL, 2004; ETHOS, 2008; ISE, 2008; UNESCO, 1999, 2008) em literaturas (livros) internacionais (MCKEOWN, 2009; WECD, 1987), em literaturas (livros) nacionais (NOSSO FUTURO COMUM, 1991; DEMAJOROVIC, 2003; GUIMARÃES, 2006; IBGE, 2008; JACOBI, 1999, 2000, 2003, 2005; LAYRARGUES, 2006; LEAL, 2007; LOUREIRO, 2006; MARIOTTI, 2007; REIGOTA, 1998; SACHS, 1993, 2000; SACHS; VIEIRA, 2007; SAMPAIO, 2004; SAVITZ, 2007; VEIGA, 2007; BARBIERI; CAJAZEIRA, 2009; DIAS, 2009; WERBACH, 2010), em artigos/estudos internacionais (GOFFMAN, 2009; MCKEOWN, 2009) e, ainda, em artigos/estudos nacionais (ANA FREIRE, 2005; GADOTTI, 2007; MARUJO, 2008; LIDIANE MARUJO; MARUJO, 2009; NADAS, 2008) sobre a temática sustentabilidade.

Numa outra perspectiva, em relação ao estudo sobre as crenças propõe-se esta categoria como estratégica para a apreensão do pensamento

dos futuros administradores, como profissionais, a fim de favorecer uma formação possível de atender às novidades e à crescente competitividade generalizada advinda da globalização.

Dada a relevância das crenças nesta pesquisa apresenta-se a trajetória escolhida para ratificar e conhecer a sua literatura clássica – Rokeach (1968) - e a partir dessa referência conhecer também o que se tem produzido sobre crenças, especialmente, em outras literaturas (livros) internacionais (SCHEIBE, 1970; BEM, 1970; AJZEN; FISHBEIN, 1980), em literaturas (livros) nacionais (ROKEACH, 1981; SADALLA, 1998; BARCELOS; ABRAHÃO, 2006; GARRETT; TACHIZAWA, 2006), em teses e dissertações em nível nacional (ANDRADE, 2004; SILVA, 2000; GRATÃO, 2006; CAPES; 2009; dentre outros), em artigos/estudos internacionais (BREEN, 1980; LEFFA, 1991; PAJARES, 1992; JOHNSON, 1997; PIZANA, 2007; SOTO, 2009) e, ainda, em artigos/estudos nacionais (RAMALHO; NÚÑEZ; GAUTHIER, 2001; BARCELOS, 2004, 2007; KUDIESS, 2005; FRANÇA, 2002, 2009) sobre a temática.

Para atender a pressupostos pertinentes à sustentabilidade, buscar-se-á uma trajetória como forma de conhecer a sua literatura institucionalizada predominante, a fim de subsidiar - conceitual e teoricamente -, a pesquisa. Em relação à formação do administrador e às crenças, também serão resgatadas fontes reconhecidas capazes de credibilizar a interação com a temática.

Nessa ótica, objetiva-se propiciar subsídios à tese e, conseqüentemente, ao curso de administração que ofereçam condições para, possivelmente, se (re)pensarem e/ou reestruturarem atitudes/ações, numa dimensão formativa, em nível de graduação, intrínseca à sustentabilidade.

No que concerne à sustentabilidade, defende-se que a formação do graduando em administração possa ser baseada em conceituações sustentáveis sob diferentes pontos de vista; sobretudo, por não se conseguir entender uma proposta formativa contemporânea que não seja pautada nesta dimensão. Dessa maneira, igualmente se defende uma visibilidade capaz de compreender um crescimento, integrado e dinâmico, fundamentado nas principais variáveis que norteiam a sustentabilidade, assim orientando a formação através do pensamento e a conseqüente ação dos graduandos em administração.

As normatizações que orientam o curso de administração a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Administração (DCNCGA, 2008) buscam (Anexo A):

como perfil desejado do graduando em administração, capacitação e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais e econômicas da produção e de seu gerenciamento, observados níveis graduais do processo de tomada de decisão, bem como para desenvolver gerenciamento qualitativo e adequado, revelando a assimilação de novas informações e apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação do administrador. (DCNCGA, 2008, p. 2-3)

No contexto acadêmico não é diferente. O ensino vem sendo repensado como uma proposta mais inovadora, de forma a atender às expectativas de um alunado cada vez mais exigente e sintonizado com as novidades da sociedade globalizada.

Há tempos, observa-se que a administração vem sendo fundamental à profissionalização e ao desenvolvimento das organizações. Um sistema administrativo moderno deve ser norteado por condições possíveis de prover o desenvolvimento estratégico fundamentado na perspectiva da sustentabilidade.

O profissional da administração deve buscar dimensionar a sua própria capacidade de interação para ter uma atitude mais crítica e reflexiva sobre a sociedade, porque as imensuráveis demandas oriundas da globalização, em que as informações estão cada vez mais constantes, bem como, em sua maioria, propensas à rápida descartabilidade, o que vem acontecendo com os produtos, os serviços e, também, com as informações.

Diante destas considerações, observa-se o quanto o curso de administração deve repensar o seu ambiente formativo, assim, propondo uma formação fundamentada em práticas mais sustentáveis.

Os futuros profissionais de administração deverão ser empreendedores capazes de promover crescimento integrado com a sustentabilidade, mediante atitudes e ações simultaneamente resilientes e flexíveis possíveis de promoverem um pensar e, sobretudo, um agir propenso a atender toda a sociedade.

Não obstante, a transição academicista intrínseca ao ensino básico, peculiar ao contexto educacional brasileiro, ainda vem problematizando o desenvolvimento do ensino superior de maneira que as proposições construtivistas e contextualizadas pouco contribuem com uma formação de administradores mais criativos, críticos e reflexivos.

A administração vem proporcionando novas formas de observação às organizações com o intuito de subsidiar uma gestão mais flexível, capaz

de combater as diversificadas problemáticas socioambientais. Nesse dimensionamento, torna-se imperativa a promoção de políticas em cujo processo constitutivo esteja presente a sustentabilidade, para a reconstrução de ambientes mais equilibrados.

De outro prisma, a historicidade administrativa, não diferente da história da sociedade moderna, mostra que a superação de problemas decorrentes do desenvolvimento industrial exige um novo direcionamento, por meio do qual as ações de medidas restritivas ao aumento da produção tenham melhor controle. Assim, surge uma idealização de racionalidade ecológica, que reivindica sua condição de princípio balizador e limitante do próprio desenvolvimento econômico (MARIOTTI, 2007).

No entanto, sabe-se que a sociedade atual está se desenvolvendo insustentavelmente. A preocupação com o desenvolvimento a todo custo, em especial numa dimensão econômica em detrimento do socioambiental, continua fragilizando a nossa sobrevivência, porque a concentração de renda continua nas mãos da minoria.

No final de 2009 e 2010, respectivamente, nas Conferências de Copenhague - COP 15 e Cancún - COP - 16, pôde-se observar o quanto a sustentabilidade representa uma preocupação global. Entretanto, a insustentabilidade política, comum às grandes potências, evidencia-se na omissão quando do momento de assinaturas dos acordos (na íntegra) que orientam estratégias políticas de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, segundo as quais o equilíbrio econômico e o socioambiental deveriam ser, simultaneamente, privilegiados.

Evidencia-se que os graduandos em administração serão os futuros gestores das administrações públicas e privadas que compreenderão o mercado e orientarão a sociedade. Para tanto, esses profissionais precisam ser formados entendendo que a sustentabilidade, em toda a sua amplitude, deve ser uma condição necessária para o desenvolvimento da sociedade.

Sendo assim, a sustentabilidade vem se apresentando com uma categoria proativa imprescindível à sociedade atual; sua emergência requer, portanto, muita atenção e considerações procedentes com a intenção de contribuir com o recrudescimento social, econômico e ambiental.

Em decorrência, a necessidade de provimento de maiores estratégias político-administrativas deve estar em conformidade com uma orientação sustentável, em que a equidade socioambiental seja o grande diferencial para o desenvolvimento do mundo globalizado (SACHS; VIEIRA, 2007; VEIGA, 2007).

Na sequência, com a intenção de proporcionar um melhor entendimento e uma consequente visão dimensional da tese, apresenta-se a composição dos seus capítulos e respectivos conteúdos, os quais orientarão a pesquisa.

A introdução apresenta a relevância da pesquisa, as problemáticas e a justificativa da investigação intrínseca à sustentabilidade. Além disso, o objetivo geral e os objetivos específicos que nortearão a tese.

O segundo capítulo denota a importância da sustentabilidade para o desenvolvimento da sociedade contemporânea; apresenta, ainda, a sinergia do binômio – *sustentabilidade e responsabilidade socioambiental* – para se atender às necessidades das gerações presente e futura.

O terceiro capítulo tem a intenção de mostrar a administração como ciência e a sua relação, necessária, com a sustentabilidade. Nesse dimensionamento, apresenta-se a evolução da administração e sua trajetória, a qual vem precisando se inter-relacionar com práticas mais sustentáveis. Logo, defende-se nesta investigação a importância de uma formação ambientável para o graduando em administração.

O quarto capítulo apresenta as crenças, a partir de suas concepções, suas classificações e respectivas possibilidades de apreensão e, ainda, a sua relação com os conhecimentos.

O quinto capítulo mostra todo o processo da construção metodológica que se converte no componente estratégico desta pesquisa, pelo qual se podem observar todos os detalhes da trajetória da investigação.

O sexto e o sétimo capítulos, respectivamente, apresentam os resultados que respondem aos objetivos da pesquisa e, por fim, a conclusão da pesquisa e seus detalhes necessários à ratificação da tese.

Ainda, numa condição de apoio e fundamentação à pesquisa, apresentam-se também as referências, os anexos e os apêndices que respaldam todas as propostas estratégicas investigativas.

Diante das exposições, observa-se que as problemáticas da pesquisa são muitas, mas a falta de entendimento da sustentabilidade numa dimensão mais ampliada e, em especial, a falta de instrumento para se apreender o que os graduandos do curso de administração, da UFRN, pensam sobre a sustentabilidade, através de suas crenças sobre a temática, se concretiza como o problema desta pesquisa.

Portanto, a criação do instrumento para apreender e conhecer as crenças sobre a sustentabilidade, objeto de estudo desta tese, foi concretizada e validada com procedência. Outrossim, considera-se que o acréscimo da tipologia da sustentabilidade educacional às demais converte-se numa

condição relevante e necessária para a disseminação e conscientização dos graduandos em administração sobre a sustentabilidade.

Finalizando esta parte introdutória, ratifica-se o quanto as proposições norteadas pela perspectiva da sustentabilidade devem estar dissociadas da “doença do pensamento” (MARIOTTI, 2007, p. 37), ou seja, devem dizimar os “diagnósticos socioambientais fáceis, cujos principais sintomas são: o imediatismo, a superficialidade e o simplismo”.

Por conseguinte, as pesquisas aqui explicitadas intentaram provisionar estratégias administrativas em que o pensamento complexo predomine, assim proporcionando sempre uma progressiva conscientização da necessidade de desenvolvimento da sociedade numa dimensão mais harmônica entre as supracitadas variantes. Isso porque se defende, nesta investigação, que a sustentabilidade deve ser o eixo motriz para a reconstrução de uma sociedade mais ambientável.

Acredita-se que a conscientização favoreça a compreensão sobre as problemáticas socioambientais e, ainda, ao mesmo tempo, proporcione o entendimento de propostas conceituais e teóricas como fundamentais à orientação da prática. Ademais, que o conhecimento conceitual e teórico fundamente a promoção das ações práticas pertinentes ao desenvolvimento, na perspectiva da sustentabilidade. Portanto, em conformidade com Alves (2008), corrobora-se que somente se muda a forma de agir quando se muda a forma de pensar.

Sob uma ótica formativa profissional, a proposta impulsionadora desta investigação sobre este tema surge do processo formativo que venho desenvolvendo há tempos. Pois, sou bacharel em administração (UFRJ), especialista em gestão de impactos ambientais (UNIPLI), mestre em educação (UFRN) e, ainda, professor e coordenador de curso de administração e participante ativo do Conselho de Administração do Estado do Rio de Janeiro (CRA-RJ).

Portanto, diante das exposições apresenta-se o objetivo geral desta tese que é conhecer as crenças sobre a sustentabilidade, de graduandos em administração da UFRN, a fim de prover ao curso subsídios possíveis de promover uma formação pensada a partir desta categoria.

Para tanto, também fazem-se necessários nesta proposição seguir os seguintes objetivos específicos para melhor prover uma melhor composição da investigação:

Elaborar um Questionário Normativo capaz de apreender as Crenças sobre a Sustentabilidade;

Identificar as Crenças sobre a Sustentabilidade de Graduandos do Curso de Administração da UFRN;

Identificar as diferenças significativas das crenças sobre a sustentabilidade entre os períodos do curso de administração da UFRN;

Identificar o perfil intrínseco à sustentabilidade do curso de administração da UFRN.

Diante das proposições apresentadas à construção da pesquisa buscase novas alternativas para se repensar a formação dos futuros profissionais das ciências administrativas na perspectiva da sustentabilidade a fim de promover a responsabilidade socioambiental.

1 Sustentabilidade: Categoria Chave na Sociedade do Século XXI

Neste capítulo serão apresentadas variadas considerações sobre a sustentabilidade - objeto de estudo da tese - a fim de favorecer um melhor entendimento sobre a temática. Todos os estudos que fundamentaram a investigação serviram como fontes que possuem credibilidade no contexto político-socioambiental, tanto em nível internacional, quanto nacional. Assim sendo, esta apresentação tem como objetivo denotar o nível de aprofundamento nas literaturas sobre o tema e as diferentes visões que orientam a pesquisa.

Inicialmente, defende-se que a conscientização sobre a importância de se desenvolver a temática sustentabilidade é uma questão fundamental e necessária para empreendê-la, para tanto, é notório acrescer uma condição – deve-se passar, de fato, por uma mudança de pensamento.

Há tempos, observa-se que o desenvolvimento compreende uma estratégia política necessária capaz de prover à prospecção dos países, num contexto mundial, mediante as premissas pertinentes às proposições capitalistas que evidenciam a economia e o seu crescimento como proposição fundamental para sua ascensão.

Entretanto, a atual mentalidade de se permanecer nos moldes capitalistas - que visam uma produção linear, o lucro financeiro para poucos e o caráter descartável das relações comerciais, tende a obstaculizar o desenvolvimento da sustentabilidade, pois é imprescindível que se torne tal produção cíclica, redimensionando tais moldes do capitalismo a ponto destes seguirem a ótica sustentável.

A importância da sustentabilidade é inquestionável no mundo atual, tanto que um verdadeiro e crescente movimento mundial se redimensiona em torno do tema de forma a prover uma maior conscientização sobre sua procedência. Assim, empreendendo a responsabilidade socioambiental de forma a contribuir para um mundo melhor para todos e que haverá futuro próspero para as gerações vindouras.

Sob outro prisma, de acordo com John Elkington, criador do termo Triple Bottom Line - que designa o equilíbrio entre os três pilares da sustentabilidade - ambiental, econômico e social - para ob-

tenção do sucesso nos negócios -, a expectativa de que as empresas devem contribuir de forma progressiva com a sustentabilidade, surge do reconhecimento de que os negócios precisam de mercados estáveis e que devem possuir habilidades tecnológicas, financeiras e de gerenciamento necessárias para possibilitar essa transição rumo ao desenvolvimento sustentável (SACHS; VIEIRA, 2007).

Não obstante, a sustentabilidade como política socioambiental vem sendo entendida como estratégia necessária para o crescimento possível de promover a integração dos sistemas orgânicos sociais necessários ao progresso mais justo, ou seja, o desenvolvimento orientado pela contínua integração das condicionantes: política, social, econômica e ambiental.

Esta possibilidade de desenvolvimento ocorre como uma alternativa política e ideológica, pois para se promover ações sustentáveis demanda-se manter a relação e a integração entre as questões político-sociais.

A sustentabilidade converge-se num eixo propulsor que favorece a evolução e o progresso das políticas globais e, por conseguinte, se apresenta como um paradigma dominante que vem propondo o recrudescimento econômico, sim, mas não em detrimento das demais variantes sociais, como vinha intensamente ocorrendo.

Nessa direção, considera-se que as estratégias inerentes à sustentabilidade demandem necessidades a qual exige, da mesma forma, análise constante a fim de favorecer mudanças para a sociedade em termos tecnológicos e de recursos possíveis de proporcionar o desenvolvimento em consonância com as novas tendências da era da informação.

Numa dimensão inquietadora intrínseca à sustentabilidade, observar-se-á na sequência condicionantes que favorecem a reflexão sobre a temática diante destas possibilidades. Assim, o principal desafio deste milênio está em tentar garantir que os valores ambientais se reflitam melhor nos princípios e no funcionamento de novas estratégias políticas globais.

Crise de Percepção [...] as preocupações com o meio ambiente adquirem suprema importância. Defrontamo-nos com toda uma série de problemas globais que estão danificando a biosfera e a vida humana de uma maneira alarmante, e que pode logo se tornar irreversível. Temos ampla documentação a respeito da extensão e da importância desses problemas (CAPRA, 1996, p. 14).

Sob outro prisma, pode-se ressaltar que existe - atualmente - uma insustentabilidade, esta representa as ações impensadas dos seres humanos

que estão deteriorando o ambiente, porque não se pode mais conviver com tanto descaso. Haja visto que o planeta está dependendo de maior conscientização sobre o controle do consumo e da promoção de ações ecologicamente corretas para com o meio ambiente, conseqüentemente, buscam-se melhores condições de sobrevivência às gerações a partir de um ambiente socioambiental mais conservado e preservado.

Para Shiva (2006) a insustentabilidade é uma tendência capitalista que não promove o desenvolvimento ambiental. Pode-se, por analogia, considerar que há uma *monopolização da mente* para se buscar o lucro através dos bens comuns a qualquer custo, ou seja, em detrimento das necessárias questões sustentáveis, por conseguinte a sociedade encontra-se imersa numa perspectiva insustentável de desenvolvimento.

Ademais, para Norton (1992) a trajetória de construção do entendimento sobre a sustentabilidade, num enfoque neoclássico, converge-se nas noções de debilidade e força. A sustentabilidade débil está formulada numa racionalidade própria da economia como norteadora indispensável para o crescimento da sociedade. A sustentabilidade forte é compreendida também a partir da racionalidade da economia tradicional e, ainda, da economia integrada à natureza.

Ratifica-se que a insustentabilidade é proveniente da situação global, à qual mediante uma incerteza do desenvolvimento fragiliza-se, também, o crescimento da forma sustentável da sociedade local. Dessa forma, tem-se por certo que a relação local/global deve ser, necessariamente, entendida de forma integral.

A palavra 'sustentabilidade' ganhou tamanho curso ultimamente que o conceito está em risco de ser tragado por uma corrente de inocuidade. Ao que parece, todo mundo está a favor 'dela', seja qual for seu significado (WERBACH, 2010, p. 8).

Nesta investigação, assume-se epistemologicamente que a insustentabilidade compreende um desenvolvimento que se limita ao crescimento econômico em detrimento das demais variáveis: econômica, social, ambiental e educacional.

Portanto, considera-se a sustentabilidade como uma questão fundamental para o desenvolvimento que tenderá a atender às necessidades das gerações presentes sem comprometer a possibilidade das gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Esta proposição fundamenta-se numa sociedade em que o desenvolvimento deve ser orientado de forma que o cuidado, integral e simultâneo, com os aspectos políticos, sociais, econômicos, ambientais e educa-

cionais propiciem alternativas ambientáveis capazes de favorecerem a qualidade de vida.

O entendimento sobre a sustentabilidade deve fundamentar-se no mencionado modelo estratégico equilibrado, o qual satisfaz as necessidades das gerações. Nessa concepção, começa a disseminação de propostas de desenvolvimento, sobre duas óticas: quando se depara com sistemas predatórios irresponsáveis para com a preservação ambiental, que se encontram, socialmente, precários e desequilibrados e quando denotam o setor político eticamente tendencioso e abusivo - baseado no poder e descomprometido com a melhoria da qualidade de vida do ser humano e das demais espécies que compõem o planeta (SACHS, 2000).

As propostas não ambientáveis suscitam negativamente a necessidade de mobilizar o pensamento e, conseqüentemente, as ações em prol de uma vivência desintegrada do desejo de preservação para com toda a sociedade.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade vem se redimensionando e se incorporando ao vocabulário da sociedade global como uma proposição estratégica necessária para o desenvolvimento. Para tanto, ostenta-se nesta investigação que a sustentabilidade antes de ser uma necessidade para o desenvolvimento da sociedade contemporânea é uma condição para a sua sobrevivência.

1.1 Percurso da Sustentabilidade

O conhecimento sobre o percurso da sustentabilidade é uma condição que também nos proporcionará compreender melhor a dimensão da temática; assim, serão apresentadas proposições sobre o termo e as ações efetivas que proporcionaram o seu desenvolvimento.

A proveniência do termo sustentabilidade se torna um fator interessante nesta investigação porquanto seu processo estar relacionado às perspectivas norteadoras para o desenvolvimento mais equilibrado da sociedade global, fundamentado no simultâneo crescimento econômico e ambiental.

A sustentabilidade é um termo relativamente recente. Por conseguinte, sua definição não é, ainda nos dias de hoje, muito clara. Etimologicamente, sustentabilidade, no latim, origina -se da palavra “sustentare”, que remete às idéias de: suportar; defender, favorecer, auxiliar; manter, conservar em bom estado e resistir.

A temática contemporânea – sustentabilidade - constitui-se em um dos fundamentos mais suscetíveis do novo paradigma da nossa civiliza-

ção, que procura harmonizar o ser humano e desenvolvimento da Terra como espaço de sobrevivência humana (SACHS, 2000).

A apresentação de fatos que busca favorecer a compreensão sobre a origem da sustentabilidade, mesmo quando não se pensava neste conceito, mostra o quanto a problemática vem atravessando séculos em busca de um crescimento com maior responsabilidade socioambiental.

Segundo Boff (1999), o conceito de sustentabilidade possui uma pré-história de quase três séculos. Surgiu da percepção da escassez onde as potências coloniais e industriais européias desflorestaram vastamente seus territórios para alimentar com lenha a incipiente produção industrial e a construção de seus navios, com os quais transportavam suas mercadorias e submetiam militarmente grande parte dos povos da Terra.

Há tempos, como se pode observar, o descaso com a questão ambiental e sua crescente escassez vem sendo motivo de inquietação pelo fato do desenvolvimento avançar baseado somente na economia.

Diante desta situação problematizadora surge no início do século XVIII – em 1713, Carl Von Carlowitz apresentando um tratado para preservar e valorar a Silvicultura na Alemanha. Para consolidar a projeção de sua ideia utilizou a expressão alemã “nachhaltendes wirtschaften” que traduzido significa: “administração sustentável”. Expressão que os ingleses traduziram por “sustainable yield” que se constitui numa “produção sustentável”. Assim, passa a existir uma das primeiras expressões ligadas à conotação sustentável que se tem registro (BOFF, 1999).

No século XIX, o biólogo alemão Ernst Haeckel preocupado com o constante desequilíbrio dos ecossistemas propõe o vocábulo “ecologia” com a intenção de promover a conscientização e o comprometimento com os estudos das relações entre as espécies e seu ambiente.

O novo paradigma pode ser chamado de uma visão de mundo holística, que concebe o mundo como um todo integrado, e não como uma coleção de partes dissociadas. Pode também ser denominado visão ecológica, se o termo “ecológica” for empregado num sentido muito mais amplo e mais profundo que o usual. A percepção ecológica profunda reconhece a interdependência fundamental de todos os fenômenos, e o fato de que, enquanto indivíduos e sociedades, estamos todos encaixados nos processos cíclicos da natureza (e, em última análise, somos dependentes desses processos) (CAPRA, 1996, p. 16).

No século XX, início da década de setenta, Ignacy Sachs (1993) apresentou no Clube de Roma o termo “ecodesenvolvimento” como proposta possível de prover o crescimento econômico e socioambiental com a in-

tenção de respeitar o ecossistema necessário para a habitabilidade no planeta. Tal fato se deu pela deterioração do meio ambiente que na época já era preocupante; entretanto, surgia a necessidade de se promover políticas de conscientização, preservação e recuperação das áreas naturais (SACHS, 1993).

A partir da supracitada proposta de Ignacy Sachs (1993), o termo eco-desenvolvimento passa a ser utilizado em nível internacional relacionado ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Embora, o termo tenha agrada-do a todos, para os economistas políticos - desenvolvimento sustentável - é proposto como possibilidade de ser aceito como termo representativo desta questão, sem maior receio.

Numa condição institucionalizada, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento reuniu-se pela primeira vez em 1984 e propôs a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, proposta materializada em 1987.

A partir da publicação deste relatório vem-se tentando buscar o desenvolvimento através da seguinte orientação:

Os governos e as instituições multilaterais tornam-se cada vez mais conscientes da impossibilidade de separar as questões relativas ao desenvolvimento econômico das questões relativas ao meio ambiente; muitas formas de desenvolvimento desgastam os recursos ambientais nos quais se deviam fundamentar, e a deterioração do meio ambiente pode prejudicar o desenvolvimento econômico (WCED, 1987, p. 13-14).

Observar-se que o termo desenvolvimento sustentável propicia acepções que provocam interferências quanto à sua essência, o que possibilita para distintos profissionais (economistas, ecologistas, sociólogos, entre outros) acepções variadas sobre a temática.

A sustentabilidade surge como termo moderador para atender de forma mais flexível às discussões que sempre permearam e problematizaram a temática desenvolvimento sustentável. Sendo assim, considera-se que a sustentabilidade ostenta uma visão de amplitude constante para todas as atividades humanas.

Numa outra visão, não mais terminológica, mas relacionada às atividades e às ações reais observa-se que a historicização da sociedade humana mostrou que o desenvolvimento se deu sempre orientado pela integração do binômio: homem e natureza. Mas, o desequilíbrio pertinente a esta relação vem nos últimos séculos, diante do desenvolvimento ilimitado

em busca do progresso, se convertendo num fator preocupante quando se pensa no futuro da sociedade global.

O ambiente sempre foi determinante para a continuidade das espécies cujas interações dependem do meio e ainda o moldam. E neste ambiente, quando se depara com as composições das sociedades da antiguidade e mais tarde da sociedade moderna, nota-se que os limites das primeiras foram organizados instintivamente respeitando-o. Entretanto, as sociedades mais desenvolvidas começaram a intensificar seu domínio territorial e, conseqüentemente, fortalecer sua economia de maneira a avançar em busca do reconhecimento a partir do desenvolvimento.

No concernente às ações e atividades sustentáveis, cronologicamente, com a chegada da família real portuguesa ao Brasil, em 1808, iniciava-se a implementação de políticas de preservação ambiental. Nesta mesma data foi criado o Jardim Botânico no Rio de Janeiro, embora tal concepção de sustentabilidade não existisse naquela época; mas, pode-se por analogia mostrar o quanto a preocupação do governo com a natureza já era manifestada.

Algumas décadas mais tarde, no período imperial, é promulgada a Lei nº 601/1850 (BRASIL, 2011), considerada a primeira Lei de Terras do Brasil. Ela disciplina a ocupação do solo, proíbe a exploração florestal nas terras descobertas e estabelece sanções para atividades predatórias.

No Brasil, ao desrespeitarem o conteúdo desta lei pode-se pensar como sendo esta atitude um marco inicial para a construção do termo “insustentabilidade ambiental” por ter sido ignorada, intensificando-se, assim o plantio do café, não diferente dos dias atuais com as terras nas regiões noroeste e norte, para o plantio da soja.

No século XX, em 1932, acontece na capital da França, em Paris, o 1º congresso internacional para a proteção da natureza e, ainda no mesmo ano no Brasil, acontece também a 1ª Conferência Brasileira de proteção à natureza.

Numa dimensão mais abrangente e mais intensamente projetado, o primeiro parque nacional – Yellowstone – nos Estados Unidos da América, país que na época já era detentor da hegemonia político-econômica e do conseqüente reconhecimento de potência mundial, por muitos é considerado o marco deste processo de desenvolvimento sustentável, tal proposta não é reconhecida nesta tese como precursora.

Outro fato relevante para entender o processo de desenvolvimento que norteia nossa investigação é a utilização, em 1965, da expressão “environmental education” (educação ambiental) na Conferência de Educação da Universidade de Keele, Grã-Bretanha.

O expressivo marco mundial que norteia a preocupação em prever e prover o desenvolvimento global de maneira sustentável foi, indiscutivelmente, a 1ª Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, evento que aconteceu no ano de 1972, em Estocolmo, na Suécia. Este é considerado o evento que fundamenta nossa investigação como precursor das idealizações sobre o conceito de sustentabilidade.

Considera-se complementar e necessária a referenciação do autor Ignacy Sachs, que foi o primeiro relator do encontro promovido pela ONU, em Estocolmo na Suécia em 1972 (Marco das políticas e ações sustentáveis para o planeta).

Sachs é conhecido como ecossocioeconomista¹ por sua concepção de desenvolvimento como uma combinação de crescimento econômico, aumento igualitário do bem-estar social e preservação ambiental; assim sendo o mentor de alguns dos fundamentos do debate contemporâneo sobre a necessidade de um novo paradigma de desenvolvimento (SACHS, 1993).

Além disso, mesmo sendo o autor da relevante concepção de ecodesenvolvimento que anos mais tarde originou à expressão desenvolvimento sustentável, diz-se inquieto com a vida no planeta e, portanto, não se conforma com o crescimento da economia em detrimento das demais variáveis - política, social e ambiental - tão importantes e necessárias à sobrevivência da sociedade global (SACHS, 2000).

No início da década de 70 o primeiro informe do Clube de Roma (grupo de pessoas ilustres que se reúnem para debater assuntos relacionados à política, economia e, especialmente, meio ambiente e desenvolvimento sustentável) sobre os limites do crescimento, diante de questionamentos e publicações científicas, evidenciaram a possibilidade de crescimento como objetivo econômico global.

Diante desta situação, Ignacy Sachs na época, consultor das Nações Unidas para temas econômicos no mundo, propôs iniciar a conciliação do aumento da produção com o respeito aos ecossistemas como condição de habitabilidade na terra.

Em 1977, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), em Tbilisi - na Geórgia, realiza a 1ª Conferência Intergover-

¹ Ecossocioeconomia – terminologia criada por Karl William Kapp, economista de origem alemã e um dos mais brilhantes inspiradores da ecologia política na década de 70, baseado na convergência entre economia, ecologia, antropologia social e ciência política.

namental da Educação Ambiental, a qual estabelece os princípios e as estratégias da educação ambiental.

Uma década após, no Congresso Internacional da UNESCO e do PNUMA – realizado em Moscou, ratifica-se a importância e a necessidade da pesquisa e formação em educação ambiental.

A Constituição Brasileira, de 1988, em seu Art. 225, no Capítulo VI - Do Meio Ambiente, Inciso VI, destaca a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”(MEDAUAR, 2007, p.32). Para o cumprimento dos preceitos constitucionais, leis federais, decretos, constituições estaduais, e leis municipais determinam a obrigatoriedade da Educação Ambiental. Nesse mesmo ano, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) traduz e publica o Relatório Brundtland sob o título: Nosso Futuro Comum.

A Organização das Nações Unidas (ONU) declara 1990 o Ano Internacional do Meio Ambiente. Em 1992 acontece a 2ª Conferência da Organização das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92 – na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Esta conferência empreende a proposição de se criar uma Agenda com propostas globais de desenvolvimento político-ambiental, que anos mais tarde se concretiza na Agenda 21.

Em 1997, em Thessaloniki, a Grécia sediou a Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade.

Um marco nacional importante, que ocorre no ano de 1999, é a promulgação da lei 9.795/99 – esta lei institui a Política Nacional de Educação Ambiental, a qual vem respaldando o desenvolvimento numa perspectiva sustentável e suas respectivas políticas.

No século XXI, em 2002, acontece na cidade do Cabo (África do Sul) a RIO + 10 – com o encontro de governos e instituições ambientais para avaliar os avanços sobre as propostas da Rio 92, as perspectivas socioambientais futuras implementadas naquela conferência e, ainda, os progressos inerentes ao desenvolvimento sustentável.

Neste mesmo ano, a UNESCO com a intenção de orientar, em nível global, o desenvolvimento da educação na perspectiva da sustentabilidade decreta a década - 2005 a 2014 – como a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Tal proposição corrobora a relevância do sistema educacional como aliado à promoção da sustentabilidade global.

A definição de sustentabilidade é mais uma vez complementada nos seguintes termos: para ocorrer a sustentabilidade é fundamental “melhorar a qualidade da vida humana respeitando a capacidade do ecossistema”

(UNESCO, 2003, p. 36). Com a nova adição ao conceito de sustentabilidade, a ONU ratifica que é factível empreender um outro modelo desenvolvimentista, o qual possibilita conciliar qualidade de vida e proteção socioambiental. Esse padrão de desenvolvimento torna sustentável o sistema do capital, propiciando a regeneração do ambiente.

Em âmbito nacional, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2002, lança os indicadores de Desenvolvimento Sustentável. Anos depois, em 2008, o mesmo instituto redimensiona tais indicadores de Desenvolvimento Sustentável.

No ano de 2007, a Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) em parceria com outras instituições, especialmente, com a Revista Exame cria um instrumento – Índices de Sustentabilidade Empresarial (ISE, 2008) - para avaliar as empresas nacionais que mais se desenvolvem na perspectiva da sustentabilidade.

As exposições históricas, as conferências, as legislações e os eventos relacionados anteriormente nos proporcionam uma percepção da trajetória empreendida por ações socioambientais, as quais são capazes de favorecer nossa compreensão do quanto o desenvolvimento - na perspectiva da sustentabilidade - vem sendo prioridade das propostas de políticas dos governos em todo o planeta. Portanto, tais propostas objetivam promover de maneira mais equilibrada as variantes socioambientais possíveis de assegurar a sobrevivência às gerações presente e futura.

No ano de 2009, na Conferência de Copenhague - Cop-15, pôde-se observar o quanto a sustentabilidade representa uma preocupação global. Não obstante, existe também uma insustentabilidade política, ou seja, as nações mais desenvolvidas ainda se eximem de assinar acordos que orientem novas estratégias políticas de desenvolvimento na perspectiva da sustentabilidade, de maneira que o equilíbrio econômico, político, social e ambiental sejam, simultaneamente, privilegiados.

Enfim, a historicidade intrínseca à sustentabilidade, atividades e ações, e o seu desenvolvimento sempre esteve muito relacionada ao aspecto econômico, em particular no que tange à dimensão estritamente político-econômica para o crescimento da sociedade.

Portanto, pelo fato da sustentabilidade tradicionalmente ter significado a viabilidade, puramente econômica da sociedade faz-se mister promover uma maior conscientização em prol do desenvolvimento econômico, mas, não em detrimento das demais condicionantes.

A terminologia – sustentabilidade – carece de maior conscientização enquanto proposição de desenvolvimento da sociedade contemporânea para favorecer às gerações, tanto presente quanto futura, o entendimento das atividades e ações em relação ao desenvolvimento social, visando uma reestrutura econômica, política e ambiental – que serão condições suficientes e necessárias à manutenção da sobrevivência da sociedade como um todo, consideradas as relações entre todas as suas partes.

À guisa desta conclusão, espera-se que o entendimento intrínseco a esta proposta deve, necessariamente, ser empreendida com a total integração das variantes socioambientais.

Finalmente, a sustentabilidade por ser uma temática nova carece de muitas reflexões. A heterogeneidade presente no seu conceito não pode e nem deve ser fator de desagregação da união das variantes ambientáveis. Assim, a epistemologia da sustentabilidade deve continuar sendo desenvolvida sempre orientada pela idéia de que o desenvolvimento deve ser fundamentado, simultaneamente, na perspectiva da sustentabilidade que contempla: a política, a economia, o social, o ambiental e o educacional.

1.2 Sustentabilidade: Reflexões Teóricas

A sustentabilidade neste tópico será objeto de reflexão a partir da visão de diversos autores, documentos e publicações. Acredita-se que esta é uma condição para se prover maiores subsídios para se repensar tais proposições teóricas.

Inicialmente, ratifica-se que o conceito de sustentabilidade que norteará esta tese é o que mais se identifica com a temática: satisfação das necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras suprirem suas próprias necessidades (WCED, 1987).

Na sequência, apresentam-se propostas que denotam ser a sustentabilidade uma temática relacionada não apenas ao meio ambiente; como também, está diretamente ligada aos aspectos político, social, econômico e educacional, enquanto estratégias de previsibilidade e de provisionamento do desenvolvimento mais equilibrado da sociedade.

Sustentabilidade se define como um princípio de uma sociedade que mantém as características necessárias para um sistema social justo, ambientalmente equilibrado e economicamente próspero por um período de tempo longo e indefinido (WCED, 1987, p. 34).

O planeta carece de políticas mais eficazes que propiciem maior conscientização socioambiental e preservação ambiental, assim como, de al-

ternativas que empreendam uma sociedade mais equilibrada, dotada de melhor distribuição de renda, inclusive para as camadas sociais mais abastadas, para tanto, necessita traçar novas táticas que combatam a pobreza, bem como, estratégias políticas mais éticas e um sistema educacional - norteado por políticas educacionais sustentáveis capazes de promoverem a responsabilidade socioambiental (BARBIERI; CAJAZEIRAS, 2009).

Para Mariotti (2007) a sustentabilidade vem demandando políticas contemporâneas socioambientais mais arrojadas capazes de se coadunarem com alternativas sustentáveis, possíveis de prever e prover subsídios à promoção de um crescimento mais equitativo, de forma que uma maior igualdade passe a ser o diferencial desse processo; embora, a falta dessas políticas representam as mais complexas problemáticas socioambientais.

A percepção de que a sociedade é capaz de reverter situações socioambientais ou pelo menos amenizá-las, depende precipuamente de seus dirigentes políticos e suas propostas governamentais. Parafraseando Gandhi “seja a mudança que você quer no mundo”; assim, possivelmente se conseguirá construir uma sociedade mais digna para todos.

Além disso, pode-se observar - por intermédio da filosofia e da proposição física - Terceira Lei do Movimento – quando Newton (2011) afirma que “a toda ação corresponde uma reação igual e oposta”. Mediante esta assertividade pode-se associar que qualquer mudança política, social, econômica, ambiental e educacional no mundo moderno se torna interdependente, interconectada e politicamente capitalista, como a atual predominante no ocidente, que sem dúvida engendra muitas reações inevitáveis (CAPRA, 1996).

Num movimento divergente, buscando ostentar uma governança mais empreendedora e sustentável, a Comissão Mundial de Desenvolvimento Sustentável (WCED, 1987) a partir do seu relatório preconiza políticas ambientáveis possíveis de promover uma maior conscientização sobre a contínuo desenvolvimento da sociedade à população global.

Não obstante, esta comissão ainda defronta-se com um sistema político, praticamente, baseado em proposições de desenvolvimento defasadas para com as atuais necessidades da sociedade contemporânea, onde os lucros progressivos e incontroláveis, ainda continuam a orientar e termometrizam o crescimento, a visibilidade empresarial e sua consequente projeção no mercado global.

Numa dimensão nacional, a Agenda 21 – Brasileira - tem por finalidade favorecer o processo e, conseqüentemente, ser instrumento de plane-

jamento mais participativo para o desenvolvimento sustentável, o qual tem como eixo central a sustentabilidade, compatibilizando a ética nas prospecções políticas, na equidade social, na conservação ambiental, na justiça pelos direitos humanos e no crescimento social e econômico. Assim sendo, esta ampla proposta reverencia uma nova e mais ativa democracia e, ainda, uma cidadania dinâmica e participativa onde a melhoria da qualidade de vida passa a ser um procedente processo para o desenvolvimento do país (BRASIL, 2004).

Numa outra trajetória internacional, não diferente da anterior, embora em Portugal, o Guião da Educação para a Sustentabilidade - Carta da Terra – também seja norteado por conteúdos que compreendem o reconhecimento pelo “caráter de interdependência e indivisibilidade dos campos de proteção ambiental, dos direitos humanos, no desenvolvimento humano equitativo e da paz” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 16).

No entanto, sinaliza-se para uma situação também obstaculizadora quando se tenta compreender um desenvolvimento, aonde a falta de respeito aos cidadãos e os fatores sociais e econômicos são totalmente divergentes para com as proposições de políticas sustentáveis. Portanto, é possível se desenvolver sustentavelmente? Para tal indagação e conseqüente reflexão apresenta-se a seguinte citação contida no mesmo documento:

A essência do conceito está contido em apenas quatro palavras “enough for everyone forever” (O suficiente para todos e para sempre). Estas palavras encerram as ideias de recursos limitados, consumo responsável, igualdade e equidade e perspectiva de longo prazo, todas elas correspondentes a conceitos importantes do domínio do desenvolvimento sustentável (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006, p. 18).

A Educação para o Desenvolvimento Sustentável é uma ferramenta baseada na idéia de que as comunidades e os sistemas de ensino dentro das comunidades necessitam de integrar esforços em prol da sustentabilidade. Diante da observação, nas comunidades, percebe-se que as metas de sustentabilidade e/ou planos de ação que deveriam ser a base para a mudança não são implementados e desenvolvidos por carência de conscientização de sua importância (MCKEOWN, 2009).

Reigota (1998) apresenta que as recentes mudanças no cenário político internacional têm mostrado que, tanto no capitalismo como no socialismo, a questão ambiental tem uma visibilidade política enorme a qual,

sem nenhuma dúvida, interessa as partes, motivo pelo qual a ideia da sustentabilidade tem estado presente nos debates e acordos internacionais nas últimas décadas. Porém, este se converte num problema que não se apresenta de forma homogênea; pois,

nas sociedades capitalistas periféricas, a ideia de desenvolvimento sustentado não pode se restringir à preservação de recursos naturais, visando o abastecimento de matérias-primas às gerações futuras, como tem sido enfatizado nos países de capitalismo avançado (p. 46).

Atualmente, observa-se que o avanço rumo a uma sociedade sustentável é permeado de obstáculos, na medida em que existe uma restrita consciência na sociedade a respeito das implicações do modelo de desenvolvimento em curso. Nessa ótica, pode-se corroborar que as infinitas causas que provocam atividades ecologicamente predatórias podem ser atribuídas às instituições políticas, sociais, econômicas, ambientais e educacionais, aos sistemas de informação e comunicação e aos valores adotados pela sociedade no debate dos seus destinos, como forma de estabelecer um conjunto identificado de problemas, objetivos e soluções (JACOBI, 2003).

Para as docentes Pernambuco e Silva (2006) a solidariedade mostra-se como fator implicador para a sustentabilidade socioambiental, quando mediante de uma ação dialógica (MORIN, 1999), onde os próprios seres, enquanto essência, não se reconhecerem como tais. Dessa maneira, ignoram a “capacidade potencial de serem sujeitos históricos e pronunciar o mundo” (p. 209). Pois, estes possuem a capacidade de nos envolverem em todas as dimensões da humanidade, tanto as cognitivas quanto as afetivas, criando utopias e fantasias.

Para Veiga (2007) foi por intermédio da relação com o processo de desenvolvimento humano que o qualificativo sustentável ganhou recentemente tanta força simbólica, gerando um novo valor, talvez já mais importante e popular do que a problemática do seu antecessor imediato: a justiça social. Ainda, mesmo que banalizações inerentes ao modismo tenham agregado à noção de sustentabilidade infinitas novidades e utilidades, “sua emergência foi determinada por dúvidas sobre as possibilidades futuras da expansão das liberdades humanas que está no âmago da ideia de desenvolvimento” (VEIGA, 2007, p. 37).

Para Mariotti (2007), confirmando o curso da História, o progresso contínuo da sustentabilidade passa a ser a grande impulsionadora desta ilusão a partir do seu desenvolvimento numa dimensão unilateral. “Essa ilusão

será tanto maior quanto maior for a incapacidade das pessoas de perceber que sustentabilidade é incompatível com unilateralidade” (p. 46).

A Década do Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) vem corroborar a emergência da temática; assim, a necessidade de integração das variantes políticas, sociais, econômicas, culturais e ambientais e suas distintas especificidades. Esta proposta denota a importância dos sistemas educacionais formal (instituições educacionais), informal (sociedade geral) e não-formal (toda a mídia) para se repensar os novos estilos de vida capazes de favorecer o recrudescimento da sociedade global (DNEUDS, 2007).

Todas as exposições anteriores sobre a sustentabilidade emergiram da necessidade de contribuir para aumentar a conscientização sobre o maior equilíbrio socioambiental, reformular os variados modos de vida da sociedade atual de forma a propor uma maior qualidade de vida à população.

Considera-se nesta pesquisa a sustentabilidade como uma problemática que vem sendo pouco implementada quando do desenvolvimento do processo formativo do graduando em administração. Para tanto, defende-se a necessidade de aliar a sustentabilidade a esse processo formativo de maneira a redimensionar a pesquisa e/ou ensino das ciências administrativas na perspectiva da sustentabilidade, sempre ostentando uma visibilidade sustentável assaz ampliada (WERBACH, 2010).

Diante das proposições anteriores sabe-se que a atual necessidade de conscientização se converte na finalidade de direcionar as discussões a fim de se tentar reverter às problemáticas atuais que se centram no desenvolvimento fundamentado na economia. Portanto, é inquestionável que o consenso se centra em problemas diversificados; todavia, a proveniência se converge sempre na mesma base: o modelo de desenvolvimento economicista.

Por fim, ostenta-se que a sustentabilidade é uma condição necessária para se prever e prover, mediante diversificadas estratégias, propostas capazes de contribuir para se promover proposições que contemplem, simultaneamente, variáveis socioambientais possíveis de prospectarem o desenvolvimento de todas as áreas.

1.3 Sustentabilidade e Pós-Modernidade

A sustentabilidade e a pós-modernidade contemplam a complexidade necessária para o desenvolvimento dialógico de numa sociedade orientada pelos constantes desafios, incertezas, consumismo incontrolável, reversão de valores, inocuidade cultural, imediatismo, substituição da ética pela estética, violência, crises sócio-econômicas, corrupção e degradação ambiental.

Um mundo de presente eterno, sem origem ou destino, passado ou futuro; um mundo no qual é impossível achar um centro ou qualquer ponto ou perspectiva do qual seja possível olhá-lo firmemente e considerá-lo como um todo; um mundo em que tudo que se apresenta é temporário, mutável ou tem o caráter de formas locais de conhecimento e experiência. Aqui não há estruturas profundas, nenhuma causa secreta ou final; tudo é (ou não é) o que parece na superfície. É um fim à modernidade e a tudo que ela prometeu e propôs. (KUMAR, 1997, p. 47)

A proveniência da pós-modernidade vem da filosófica desconstrução de princípios, teorias, conceitos e condições imbricadas no dinamismo da modernidade; assim, rompendo com todas as certezas e propondo novos desafios aos cidadãos do século XXI.

Esta tendência urge em meados do século XX, na dimensão cultural, como resposta à incapacidade do moderno de desafiar ou ameaçar, postura tão característica da abordagem. Logo, passou a ocupar outras esferas da sociedade, e na atualidade envolve o social, a cultura, a política, o ambiental, o educacional, a família, a filosofia e o próprio indivíduo. Assim, a sociedade das tecnologias das comunicações e informações (TICs) e da cibernética, apresenta-se uma pluralidade de tendências, tanto em indivíduos diferentes quanto no mesmo indivíduo em situações distintas (KUMAR, 2006).

Para Bauman (1995), o conceito de pós-modernidade proporciona um ponto de observação novo e externo, essa perspectiva significa que hoje se está mais consciente dos limites da proposta ambiciosa da modernidade, a condição pós-moderna seria então a modernidade emancipada da falsa consciência.

Sendo assim, a pós-modernidade caracteriza-se pelas iminentes mudanças peculiares da tecnologia da informação e da globalização, onde as diversificadas sociedades, em níveis globais e locais, estão cada vez mais se integrando, seja pela política, pelo social, pelo econômico e, sobretudo, pelo ambiental que vem denotando a possível falência da espécie humana se a conscientização sobre o ambiente e o consumo não forem melhores repensados e o desenvolvimento for mais equilibrado às sociedades.

Ademais, busca-se empreender valores incondicionais, como: o fim, com a onipresente representação em Deus, a Unidade, como arcabouço do conhecimento científico e a Verdade, condição para *ser* e não *estar* como os conceitos fundamentais para se viver eticamente numa sociedade eminentemente capitalista (SIQUEIRA, 2011).

A pós-modernidade é uma das correntes teóricas mais inquietantes da sociedade contemporânea e, conseqüentemente, mais abrangente e suscetível. A era da sustentabilidade (MARUJO, 2009) vem sendo invadida pela pós-modernidade de forma a promover uma revolução das ideias e um propenso convite às reflexões. Nessa dimensão, Kumar (1997, p. 15) “acolhe em seu generoso abraço todas as formas de mudança – cultural, política e econômica” que também vem configurando propostas de sustentabilidade.

Nessa perspectiva, a pós-modernidade é tão surpreendente e eclética em suas origens como é sintética e sincrética em suas manifestações. Dessa forma, um claro reflexo dessa condição está nas contradições e circularidades serem aspectos valorizados em suas versões mais polêmicas no entendimento do ambiental, o que proporciona um entendimento mais dimensionado sobre a sustentabilidade (KUMAR, 1997).

A partir das supracitadas exposições sobre distintas correntes teóricas espera-se poder compor uma maior inter-relação da sustentabilidade com as novas e constantes condições intrínsecas da sociedade, para se repensar novas estratégias para prever e prover maior conscientização e entendimento sobre a dimensão desta emergente temática.

Foucault (1999) ressalta que a *episteme* moderna surge quando o saber abandona o espaço da representação, ao qual estava confinado pela *episteme* clássica, e se consolida como o saber do homem, novo elemento até então inexistente e que passa a comandar todo o campo do conhecimento. Este conhecimento universalista e um saber centrado no homem “sujeito conhecedor da realidade”, distinguindo-o bem do objeto em estudo, são os aspectos centrais clarividentes que norteiam a discussão epistêmica.

1.3.1 Conscientização – Transparência – Valores - Ética

A sensibilização sobre a complexidade do mundo atual faz-se necessária para se buscar a promoção de uma maior conscientização sobre a era da sustentabilidade (MARUJO, 2009), a qual carece de ser entendida e redimensionada de maneira a integrar os novos conhecimentos e valores orientadores da sociedade da informação.

A nova proposta de se conscientizar sobre o ambiente (global;local) e suas tendências tornam-se condições capazes de proporcionar aos indivíduos maior transparência sobre os acontecimentos e suas conseqüências sobre o desenvolvimento; assim, integrando iminentemente o local ao global.

Ainda, a transparência deve passar a ser uma condição norteadora e necessária ao empreendimento de políticas públicas e privadas factíveis de

empreender projetos e programas intrínsecos ao desenvolvimento sustentável nas seguintes áreas: política, social, econômica, ambiental e educacional.

Foca-se também no pensamento como valor maior do ser humano e possibilidade de viabilização de suas ações. Dessa forma, a reestruturação deste eloquente valor humano - o pensamento - passa a ser o condicionante principal para se repensar o desenvolvimento num direcionamento sustentável sempre baseado na ética como norteadora à prospecção e promoção do bem comum.

Valores como o conhecimento e a ética estão se convertendo em propostas para se buscar novas alternativas numa sociedade onde as novidades demandam que as mudanças sejam entendidas como condições fundamentais para o constante desenvolvimento. Logo, o valor de nosso pensamento deve ser o sinalizador da contínua demanda de nossas ações porquanto esse passar a justificar e a legitimar nossas decisões e preferências.

Nessa mesma dimensão, o pensamento, as ações transparentes e a ética também se tornam aliados imprescindíveis para o desenvolvimento de tais políticas. Pois, estes valores são extremamente necessários para que o desenvolvimento seja uma proposição sempre favorável ao bem comum pertencente a todos.

1.3.2 Governança Global e Local

A conscientização sobre o ambiente e sua dimensão ampliada não é uma proposta apenas para a população em geral, mas, em especial às administrações públicas e privadas (para os seus públicos interno e externo) em prol da promoção de ações efetivas capazes de proporcionarem o desenvolvimento sustentável das organizações e, conseqüentemente, da sociedade com a finalidade de favorecer as gerações presente e futura.

Dessa forma, tais propostas políticas passarão a provisionar sustentavelmente a governança, a qual começará a ser uma força para o progresso mais equilibrado de uma sociedade cada vez mais vem se desenvolvendo de forma desequilibrada.

A governança global deve apresentar alternativas estratégicas possíveis de integrar, ativamente, as administrações públicas, as empresas privadas, as organizações não-governamentais e a sociedade em geral para serem, todos simultaneamente, protagonistas de novas propostas para o desenvolvimento sustentável, onde o pensar global propicie a ascensão local na perspectiva da sustentabilidade.

A governança é a capacidade das sociedades humanas para se dotarem de sistemas de representação, de instituições e processos, de corpos sociais, para elas mesmas se gerirem, em um movimento voluntário. Esta capacidade de consciência (o movimento voluntário), de organização (as instituições, os corpos sociais), de conceitualização (os sistemas de representação), de adaptação a novas situações é uma característica das sociedades humanas. É um dos traços que as distinguem das outras sociedades de seres vivos, animais e vegetais. (IBGC, 2011)

Para Kumar (2006, p. 26) a integração global, a “governança global ou emergência de uma comunidade global” são à base da sociedade da informação, levando a modernidades alternativas e múltiplas.

Nessa perspectiva, a sustentabilidade passa a ser uma condicionante imprescindível para agregar e dimensionar todas as variantes sustentáveis (política, social, econômica, ambiental e educacional) que proporcionarão maior organicidade e capilaridade às estratégias da governança local com o intuito de promover um redimensionamento e mais consistência da governança global.

Desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais. (FRANCO, 2000, p. 14)

Portanto, a governança mediante os seus necessários e diferenciados atores político-sociais devem estar mais compromissada com políticas global e local e suas consequências para o planeta. Por conseguinte, a maior sinergia dos setores público e privado, a participação da sociedade e das ONGs nos governos, o transparente empreendimento de políticas mais democráticas e participativas, possivelmente, proporcionarão a efetivação de uma real governança global. Pois, considera-se esta composição e desenvolvimento de estratégias como o complexo desafio para se promover o desenvolvimento sustentável.

1.3.3 Administração Verde e Economia Verde

Há tempos, na sociedade moderna e pós-moderna, a economia vem sendo o principal fator mensurador das sociedades. No concernente ao crescimento a economia vem prospectando países e os proporcionando maior visibilidade em nível global. Mas, o referido crescimento precisa ser

repensado a partir de conceitos dimensionados sobre o desenvolvimento sustentável.

As administrações públicas e privadas devem rever o seu conceito de crescimento econômico e, principalmente, suas ações para tal obtenção porquanto suas consequências serem catastróficas e em muitos casos irreversíveis.

Diante desta inquietante situação, das administrações e das economias, cria-se a qualificação – verde - para se empreender estratégias capazes de promover e desenvolver-se, não mais em detrimento do ambiental, do político e do social, mas, como desenvolvimento simultâneo de todas as referidas variáveis da sociedade.

As estratégias de mitigação e adaptação para o enfrentamento das mudanças climáticas globais apontam na direção de uma economia de baixo uso de carbono. Aliadas ao uso sustentável dos demais serviços ambientais – como provisão de alimentos, fibras, água e recursos genéricos, entre outros -, poderão levar o mundo à chamada economia verde (ALMEIDA, 2009, p. 18).

As administrações e as economias verdes não devem mais desenvolver ações e práticas insustentáveis (BOFF, 1999). Pois, a competição vem fazendo com que as organizações/empresas priorizem a quantidade e não a qualidade, fator que acaba afetando o ambiental pelo uso incontrollável de recursos naturais e, conseqüentemente, a descartabilidade dos referidos produtos ratificam esta problemática situação.

Deve-se entender que a sociedade passe a priorizar mais o desenvolvimento econômico, sim, mas também o político, o social, o ambiental e o educacional (MARUJO, 2011). Assim, espera-se que esta condição integradora de variáveis sustentáveis, fundamentais para o desenvolvimento da sociedade pós-moderna, passe a ser entendida como importante para o desenvolvimento sustentável.

A implantação de novos processos sustentáveis de produção e administração devem ser desenvolvidos de forma independente das esferas governamentais, ou seja, as novas políticas sustentáveis das empresas não devem estar atreladas às políticas públicas.

As administrações e economias verdes carecem da promoção maior da conscientização sobre a sustentabilidade e as suas dimensões para que a sociedade (produtor e o consumidor) consuma de maneira mais consciente. Considera-se que esta seria a real condição de *ganha-ganha*, especialmente, as gerações futuras.